

Apresentação

Com o gosto peculiar da promessa honrada, apresentamos o segundo volume da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco.

Resultado de uma produtiva parceria com o Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri do MPPE (NAJ), o presente dossiê torna o Tribunal do Povo o epicentro sísmico de ideias, debates e reflexões jurídico-filosóficas.

Para tecer este bordado de ideias, acudiram novos e experientes Promotores(a) de Justiça de Pernambuco e Sergipe, Assessores e Estagiários do MPPE, além de integrantes das Universidades do Rio Grande do Norte, Bahia e Brasília.

Consta, ainda, nesse volume, entrevista com o Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Paulo Cavalcanti Xavier e breve apresentação pelo Coordenador do NAJ, Dr. Fernando Della Latta Camargo.

Os artigos exploram desde as minúcias do procedimento bifásico até as novas tecnologias e estratégias argumentativas na tribuna. Trata-se de uma obra indispensável não apenas para quem atua na área criminal, mas para todos que acreditam na força do debate público e da justiça participativa.

Desejamos, a todas e todos, uma leitura instigante e produtiva, esperando que estas páginas sirvam de semente para novas práticas e reflexões no seio do Ministério Público de Pernambuco.

Carolina de Moura Cordeiro Pontes

Promotora de Justiça

Diretora da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco

Editora da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco

Apresentação

É com entusiasmo e senso de responsabilidade institucional que o Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri (NAJ) apresenta este volume da Revista Dossiê Tribunal do Júri. A presente publicação espelha a materialização de um esforço coletivo para elevar o padrão da atuação do Ministério Público na arena da construção democrática da justiça.

O papel do NAJ transcende o suporte logístico ou a orientação processual. Nossa missão precípua reside no fomento à produção do conhecimento técnico-científico e na preparação integral de promotores e promotoras de justiça. Entendemos que a excelência perante o Conselho de Sentença exige mais do que o domínio da norma posta, demanda o conhecimento da ciência da comunicação, o entendimento da psicologia cognitiva e a capacidade de traduzir a complexidade dos autos para a linguagem do povo.

A escolha da temática exclusiva do Tribunal do Júri para este volume justifica-se pela sua posição singular no Brasil. O Júri é o *locus* sagrado onde a soberania popular decide sobre o bem jurídico supremo: a vida. Homenagear o Júri, portanto, significa prestigiar a própria espinha dorsal do Estado Democrático de Direito.

Ao percorrer as páginas deste volume, o leitor encontrará uma conexão direta entre o conteúdo acadêmico e as atividades práticas desenvolvidas pelos autores e autoras. Exploramos, por exemplo, a aplicação dos estratagemas da dialética erística de Schopenhauer, não como método de atuação, mas como ferramenta de defesa para que o Ministério Público saiba identificar e neutralizar táticas que visam confundir os jurados ou deslegitimar a acusação.

A curiosidade intelectual será aguçada ao deparar-se com os desafios da Evidência Digital. Como manter a integridade da prova em um mundo de mídias sociais, onde uma postagem ou um metadado de geolocalização pode ser o fiel da balança entre a condenação e a impunidade? A resposta exige protocolos rigorosos de cadeia de custódia, tema que a instituição tem priorizado em suas capacitações para garantir que a inovação tecnológica sirva à justiça, e não à nulidade processual.

Abordamos também a centralidade da vítima sob a ótica da dignidade humana. Superamos o paradigma da vítima como mero objeto de prova para resgatá-la como sujeito de direitos. Os artigos aqui presentes ensinam como atuar para evitar a revitimização em todas as suas nuances, honrando a memória de quem foi silenciado pela barbárie e acolhendo as famílias pranteadas que buscam na justiça o encerramento de seus lutos.

Destaque especial é conferido aos Relatos de Experiência, que trazem a verdade cênica do Plenário do Júri para o papel. Desde a análise de casos de feminicídio julgados sob o rigor da nova Lei nº 14.994/2024, até a utilização estratégica da Inteligência Artificial para auditar autos volumosos. Estes relatos demonstram que o Ministério Público de Pernambuco está na vanguarda da ciência criminal. Nessa perspectiva, o Projeto Vórtice ilustra a preocupação constante em desenvolver métodos de trabalho que unam a agilidade das novas ferramentas à segurança da ancoragem documental absoluta.

Este volume é, em última análise, um manifesto pela vida. Seja enfrentando a "lei do silêncio" em territórios conflagrados pelo tráfico, desconstruindo teses de inimizabilidade seletiva ou articulando a cooperação internacional via Interpol para prender feminicidas foragidos, a atuação ministerial que aqui se descreve é vibrante e incansável.

É fundamental registrar o papel determinante da Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco na concretização desta obra. Por meio de um suporte técnico-pedagógico robusto, a Escola viabilizou o ambiente necessário para que promotores e promotoras de justiça pudessem sistematizar suas vivências e pesquisas, reafirmando o compromisso da instituição com o aperfeiçoamento funcional.

Convidamos cada colega e acadêmico a mergulhar nestas lições. Que esta leitura desperte não apenas o rigor técnico, mas a paixão pela tribuna e a convicção de que, enquanto houver um Promotor de Justiça no Plenário, a sociedade terá uma voz firme e apaixonada na defesa intransigente da Justiça.

Boa leitura!

Fernando Della Latta Camargo

Promotor de Justiça do Ministério Público de Pernambuco

Coordenador do Núcleo de Apoio ao Tribunal do Júri (NAJ/MPPE)